

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 975, DE 2020.

Institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito e altera a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020.

EMENDA DE PLENÁRIO

Altere-se o Substitutivo apresentado à Medida Provisória nº 975, de 2020, nos seguintes termos:

“Art.

3º
.....

§

1º
.....

IV – taxa de juros nos termos do regulamento, **limitada a 7,2% (sete inteiros e vinte centésimos) ao ano para a cobertura máxima de inadimplência.**

.....” (NR)

“Art.

12.
.....

I – taxa de juros de **até 3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento)** ao ano sobre o valor concedido;

II – prazo de **quarenta e oito meses** para o pagamento;

.....” (NR)

"Art.

17.
.....

.....
.....

§

3º
.....

.....
.....

II - o agente financeiro repassará os recursos da União às instituições financeiras participantes remunerados pela taxa fixa de **2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento)** ao ano, considerando como termo inicial a data da formalização da contratação da operação de crédito informada ao agente financeiro pela instituição financeira participante.

.....
....." (NR)

"Art.

18
.....

§ 1º Os recursos transferidos ao agente financeiro são de titularidade da União e serão remunerados, *pro rata die*, **pela taxa de juros de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano.**

.....
....." (NR)

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende alterar o Substitutivo para:



- **Limitar a 7,2% ao ano a taxa de juros no âmbito do Peac-FGI**, reduzindo, portanto, a alta taxa de 1,2% ao mês prevista no regulamento¹ do Programa,
- **Reduzir a taxa de juros no âmbito do Peac-Maquinhas** de 6% ao ano capitalizado mensalmente para 3,75% ao ano capitalizado anualmente.
- **Ampliar o prazo de pagamento no âmbito do Peac-Maquinhas** de 36 meses para 48 meses, sem incluir a carência nesse prazo.
- **Reduzir a remuneração dos juros da União no âmbito do Peac-Maquinhas** de 3,75% ao ano para 2,25% ao ano.

Vale destacar que no Peac-FGI a União cobre 80% do valor do crédito por operação, limitado a 30% em valores globais. O risco da entidade financeira é muito baixo para serem cobradas taxas de juros tão altas (1,2% ao mês) como as previstas em regulamento.

No âmbito do Peac-Maquinhas, o custeio se dá integralmente com recursos da União, não havendo risco algum para a entidade financeira. Nesse sentido a taxa de juros de 6% ao ano acaba sendo elevada, ainda mais quando se tem uma Selic a 2,25%. Além disso, não faz sentido a União ser remunerada com taxa maior que a Selic no âmbito de um programa de ajuda a MEI, micro e pequenas empresas (a taxa do Substitutivo está em 3,75%).

¹ <https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/56d1b994-b05c-423c-9b1c-717861b6c6f9/Circular+AST+06.20+-+Regulamento+FGI+PEAC.pdf?MOD=AJPERES&CVID=ncgq5XX>



Emenda de Plenário à MPV (Ato Conjunto 1/20) **(Do Sr. Wolney Queiroz)**

Altere-se o Substitutivo
apresentado à Medida Provisória nº 975,
de 2020, nos seguintes termos:

Assinaram eletronicamente o documento CD209149829000, nesta ordem:

- 1 Dep. Wolney Queiroz (PDT/PE) - LÍDER do PDT
- 2 Dep. Carlos Sampaio (PSDB/SP) - LÍDER do PSDB
- 3 Dep. Alessandro Molon (PSB/RJ) - LÍDER do PSB *-(p_7693)
- 4 Dep. Enio Verri (PT/PR) - LÍDER do PT

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.